

Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O Centrão jibóia a Constituinte

CANDIDO MENDES

Jiboiar, sim. O verbo está no "Aurélio": digerir sem prazo, nem susto, como próprio da cobra-monstro, "constrictor-constrictor, ofídio comum em todo o Brasil, de cor cinza violácea". Está o país nesses dias à espera do completo desossamento do projeto constituinte, pelo bote repetido do Centrão, ao anúncio dos prometidos 280 votos a cada artigo do texto.

Falhou o primeiro assalto fulminante. Mas a tribo passadista continua disposta e volta à carga a cada passo da discussão. É deprimente ver-se no anúncio geral da proposta do Centrão, a pasta insofista a que reduziu os direitos humanos, deglutida pelos humores do "status quo" e de uma pungente insensibilidade aos novos tempos. Traço de uma iniciativa deslembada, senão já com marcas de lobotomia, sobre o que foi o Brasil do autoritarismo e do castigo de 20 anos de atentados às nossas liberdades fundamentais. Não se está aqui falando de matéria que doa no bolso do conservadorismo, perturbe os seus latifúndios, ou renove a rejeição aos direitos sociais do empregado. Trata-se de assunto diretamente ligado à evolução de uma consciência internacional, capaz de situar o Brasil na linha de frente da afirmação ativa da cidadania que caracteriza o estado de direito desse fim de século. Pois, mesmo aí, entrou a quebra de espinha do Centrão, a fazer-nos retroagir à proteção inócua dos direitos, tão ao gosto de capitalismo pré-modernizador, que não é, com certeza, o do sentimento da maioria dos constituintes.

Recebido a semana passada em Nova York pelo secretário-geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, pude sentir o interesse das grandes organizações ligadas aos direitos humanos quanto à riqueza da proposta do Projeto Cabral nesse particular. Leva adiante as conquistas da Carta Gaullista francesa ou das Constituições ibéricas da última década. Aí está, da "Amnesty International" aos movimentos ecológicos, a esperança de que possamos permitir a garantia concreta das liberdades, respondendo às cicatrizes e à memória do túnel autoritário. Não é essa matéria ligada ao valor do salário ou à urgência da reforma agrária que vai ser o pasto fundamental e o entulho da digestão da jibóia instalada na Constituinte. Mas as emasulações do texto a serem votadas nesta semana podem ser o preço para se chegar de vez à grande confrontação. Cresta-se, no caminho o que diz respeito, tão só e desarmado ao indivíduo, não aos interesses constituídos de classe, lobbies e grupos de pressão. Sem matéria paga nem mordomias, arriscamo-nos a ver desaparecer, nestes dias, aqueles avanços na declaração de direitos, que nos permitiria abrir a Constituição com algo mais



que as meras declarações retóricas de liberdade, tão ao gosto do conservadorismo.

Claro que se confia na visão de bom-senso das maiorias reais do Congresso, que nada têm a ver com as medianas abstratas do cálculo do Centrão, de crista abatida na sua primeira arrogância. O tento e o siso da Constituinte já se mostraram no preâmbulo, ao se restabelecer o princípio da participação popular, no entendimento real, moderno, do que de fato seja a democracia. Quebrado o trator da reação, já se pode almejar a que a iniciativa direta do eleitorado, tanto na Constituinte como na legislação ordinária, venha a ser uma constante de resposta à expectativa de que a Carta magna reflita mais que o país das elites. É a mesma esperança que nos leva a confiar na preservação de três institutos fundamentais para não retornarmos a um passado tão próximo da violência aos direitos individuais. Exigem-se as garantias da plenitude do habeas-data, para conhecimento pelo cidadão das informações públicas e particulares guardadas a seu respeito em banco de dados. Reclama-se o entendimento da tortura como crime contra a humanidade, ao lado da escravidão e da discriminação racial. Impõe-se a identificação precisa do agressor na violência contra o preso, e não apenas a da organização em nome

da qual se pode massacrar o interrogado em sindicâncias policiais.

O habeas-data não foi criado para se saber dos erros de multa ou dos pagamentos de impostos. Mas para nos libertar da tirania das informações políticas sobre os candidatos, de parte das organizações estatutárias. Mais ainda, para terminar de vez com a violência dos indigitados serviços de proteção ao crédito e das suas listas negras, tantas vezes sem volta, banindo de todo o acesso ao mercado de bens de consumo o trabalhador que falhou por uma vez no pagamento da prestação de sua enceradeira.

O fim do século 20 marca o avanço de uma consciência internacional através de uma intolerância firme com os abusos nefandos da pessoa. A tortura está entre eles. Quer-se, como pretende o Centrão, colocar este criminoso ao lado do acusado de narco-tráfico, ou de mero passador de papelote, é misturar crimes e inviabilizar soluções para a sua erradicação, como pede a ordem jurídica do nosso tempo. Não se trata dos crimes hediondos arrolando-os numa batida única para o opróbrio nacional. Sabe-se da seriedade única e inédita do preceito, transformando em réprobos da nacionalidade os condenados que de fato mereçam imprescindibilidade, inafiançabilidade da pena e a recusa perpétua de toda anistia. Sabe-se o

que será colocar no mesmo banco de sanções o torturador e o traficante para, afinal, desmoralizar a sanção no mesmo e permanente "jeitinho brasileiro" e levar afinal o novo e duro preceito ao limbo da norma que "não pega".

A opinião pública nacional acolheu a proposta original da Declaração de Direitos Humanos, vinda da Comissão Afonso Arinos, decidida a opor barreiras contundentes à continuação da violência nos interrogatórios policiais de qualquer natureza. Quis-se acabar com os abusos da antiga Segurança Nacional, de páis com a continuação do "crime de camburão" e das delegacias da Polícia Civil. O projeto exigiu, por isso mesmo — e foi o que fez a Comissão de Sistematização — a garantia da precisa identificação do autor da prisão, do responsável pela custódia do detento e pelo seu interrogatório. Noutras palavras, da mão que esbofetia ou brande o cassetete ou a picana elétrica. O Centrão agora, lóbregamente, reins-tala o anonimato da eventual agressão ao cidadão, a garantia de que se identifique tão só o órgão e não efetivamente o beaguim responsável pelo agravo ao prisioneiro. É possível que 280 constituintes estejam de acordo com essa regressão inominável? Ou passou ela, mais uma vez, despercebida, diante da pressa em se chegar à discussão dos direitos do trabalhador, da propriedade ou do mandato do presidente? A quem aproveita a proposta insuportável senão a quem queira continuar a permitir-se, no Brasil da abertura, que a agressão ao indivíduo no universo carcerário opere por sistemas abstratos e não pela consciência de quem vítima?

A tortura e a violência não têm faces anônimas e sim consciências responsáveis por cumprir ordens intoleráveis. Trata-se de iniquidade por esquecimento, detalhe impensado do texto, ou auxílio, de mão longa, de um Centrão que queira prestar serviços à consciência ainda pesada do país recém-saído do autoritarismo?

Jiboiaremos também sobre este artigo passado à socapa nas negociações sófregas, considerando os direitos como aperitivo das questões mais sérias. Vamos deixar no texto, com a mão do gato, a afoiteza inominável? Ou restabeleceremos princípio fundamental da responsabilidade pessoal do agressor, intolerável hoje o seu disfarce sobre as siglas, as máscaras e os disfarces do regime de repressão feito sistema? Essa resposta não interessa aos lobbies, nem aos organismos de relações públicas. Mas a uma consciência nacional machucada e desarmada, que se lembrará desse desfecho. E sem perdão.

CANDIDO MENDES DE ALMEIDA, 59, sociólogo, secretário-geral da Comissão Brasileira Justiça e Paz e presidente do Conselho Internacional de Ciências Sociais da Unesco.

O que é o centro no Brasil

LYSÂNEAS MACIEL

Tudo indica que estamos na rota final da elaboração da nova Constituição, com os prazos praticamente vencidos e as articulações definidas para a votação final. Com todas as dificuldades que ocorreram no decurso dos processos de elaboração e de votação até agora, não consigo deixar de constatar um avanço significativo das chamadas forças "progressistas".

Não o faço em função de esperar que uma Constituição realmente avançada vá sair dos fornos do Congresso, mas de considerar que a mudança da prática parlamentar já se anuncia. Em primeiro lugar, é preciso atentar para o fato de que as forças da sociedade têm aparecido com mais clareza perante a população e aos cidadãos deste país, de uma forma que, talvez, jamais se tenha manifestado em nossa história. Os empresários, os banqueiros e os latifundiários estão com as mangas arregaçadas, mostrando abertamente o que temem na futura Carta; alguns indo mais longe ao dizer que "isto pode e isto não pode".

Como os partidos, em sua atual formação, não representam nem o contingente que abrigam (com as poucas exceções conhecidas), é de se esperar que após a promulgação tenhamos uma redefinição que torne mais claros os componentes ideológicos de seus participantes, o que será, sem nenhuma dúvida, melhor do que o que temos agora.

Convém não esquecer que esta definição maior implica mais conhecimento do que se propõe, quem propõe e de que armas se utiliza para alcançar seus objetivos. Mesmo que o incidente com a Autolatina tenha mostrado tibieza por parte do governo (atualmente mais atrapalhado do que nunca), o que fica evidenciado é a desobediência civil em alta escala, no momento mesmo em que se tenta recuperar as liberdades essenciais para a classe trabalhadora. Torna-se claro, então, quais os que podem desobedecer e quais os que devem obedecer, mesmo que através da miséria, da fome e do desespero.

Assim sendo, no capitalismo selvagem do terceiro mundo a única fátia que resta ao trabalhador é a salvação de sua alma, e para isto já estão a postos os mercenários da salvação, com sua parafernália eletrônica, imensamente abençoados pelo governo. O que quero dizer com isto é que este é o momento didático por excelência para que os setores

oprimidos da sociedade tomem uma consciência mais nítida de seu funcionamento.

Mas não me refiro somente à clareza com que algumas questões estão sendo postas em nossa vida social e política, mas a uma arregimentação de forças que se mostra, além de inteiramente nova, perfeitamente consentânea com a situação que vimos enfrentando; refiro-me aqui ao fato de que a face de nosso parlamento maior está mudando, e para melhor.

Não se trata de um otimismo ingênuo e baseado em fatos de pouca monta no cenário nacional, mas da concreta alteração de forças na composição de nosso Congresso. Claro está que ainda devemos perder algumas das conquistas que, a duras penas, alcançamos desde as subcomissões, mas o que deve ser ressaltado é que, com uma situação adversa, estes avanços foram realizados porque um número significativo de progressistas (favelados, trabalhadores e religiosos) de longas lutas participou dos debates. Acrescente-se a isto o fato de que o número de trabalhadores na Câmara tende a crescer, uma vez que os caminhos estão sendo abertos em dimensão superior ao que tínhamos presenciado até agora em nossa vida parlamentar.

As articulações do chamado "Centrão" mostram pânico em nossas camadas conservadoras. É óbvio que mudar as regras do jogo no meio da partida (mudança de regimento) significa um golpe a mais na credibilidade destas mesmas camadas, mas também representa uma reação (no sentido exato do termo), face àquelas conquistas.

O afastamento de última hora, por parte de lideranças significativas, mostra que políticos mais responsáveis não quiseram se identificar com as verdadeiras razões do Centrão: o combate a avanços populares. No mais, isto tudo ficou muito evidente quando, algum tempo atrás, vários setores conservadores da sociedade se arregimentaram, protestaram e vociferaram contra a ANC, tentando denegri-la perante a opinião pública. Mais uma vez, lançam mão de seus privilégios para assacar contra uma instituição que, apesar de falha, representa um avanço significativo na direção da democracia. A Câmara só serve quando vota suas teses.

Compete aos progressistas um papel da maior relevância para os próximos anos. Se por um lado

podemos considerar que sua presença no parlamento é um fato alvissareiro, é imperioso observar que sua capacidade de articulação, a nível de plenário é precária. Quando as teses coincidem, os progressistas têm votado em conjunto, mas é óbvio que falta uma articulação maior quando se trata de votar pontos em que não existe uma coincidência direta.

Finalmente, é hoje claro, para a maior parte dos observadores, que uma mudança de retórica se faz imperiosa, não por simples estratégia, mas por questões de fundo. Para maior credibilidade junto aos setores explorados, é preciso reconhecer o esvaziamento dos jargões esquerdistas e procurar uma linguagem que mostre com maior clareza tanto os mecanismos da sociedade em que vivem como o caminho a percorrer.

Não se quer dizer com isto que a exploração, a miséria e a doença não estejam aí evidenciando a exploração, a mais desumana, a mais vergonhosa, mas sim que é preciso encontrar uma linguagem que os faça ver melhor e não aquela que os obscurece o que se tenta mostrar. Um claro exemplo do que estou querendo mostrar é a repercussão que teve o artigo do ex-ministro Simonsen, que pretensamente fala de nossas necessidades de modernização enquanto encobre as verdadeiras relações das nações do terceiro mundo com o capitalismo central. Enquanto ataca o discurso progressista, esconde de maneira grosseira o que se passa nestas relações, que nossa burguesia, por incompetência e interesses imediatos, sempre deixou de enfrentar. Assim, não basta tachá-lo de imperialista, entreguista etc., mas é necessário mostrar que uma linguagem precisa e pertinente atinge mais seus objetivos do que uma terminologia surrada e pouco convincente.

No caso específico é preciso desmistificar a intervenção de Simonsen através do esclarecimento de suas posições e interesses, enquanto se mostra a impossibilidade da modernização através do sacrifício da população, uma vez que querem trazer para cá o comportamento típico das empresas multinacionais sem que os trabalhadores tenham alcançado a satisfação de suas necessidades mínimas e essenciais e ainda não tenham sindicatos fortes, exatamente porque os governos aos quais serviu o ex-ministro o tenham impedido.

Alguns jornais e articulistas, Hermano Alves, Villas Boas e especialmente Janio de Freitas, na própria Folha, têm concluído que, ao longo dos anos o centro vem decidindo coisas no Brasil. Mas o que tem sido o "centro" no Brasil?

Na verdade, são forças ultraconservadoras que se escondem sob esta denominação e que tentam assumir uma atitude liberal, mas que vem lutando, ao longo dos anos, contra qualquer proposta de mudança.

Querem passar ao público a ideia de que são forças moderadas, mas na verdade são forças de direita. A chamada direita no Brasil é na verdade, puro fascismo, como o TFP na esfera religiosa, ou truculência e o militarismo nas ruas, o assassinato de garimpeiros e bóias frias, despedida de funcionários do setor de comunicações e a invasão de fábricas por tanques.

O movimento de pânico dias atrás, entre os donos do poder e do capital: leilões acintosos, o estipêndio de lideranças menores a multimilionária movimentação de dinheiro, seguidos pelos pronunciamentos militares, trouxeram como resultado a pressão sobre os constituintes para fazer retroceder o pouco que se avançou e que se impunha como medida social.

Nosso problemas e nossa estratégia devem ser dirigidas para resguardar a democracia representativa e aperfeiçoar seus mecanismos.

Este sistema representativo, fracionário, distorcido pelos abusos do poder econômico e fragmentado pela incompetente desarticulação das forças progressistas e alvejado constantemente pelos meios de comunicação, ainda é instrumento importante para as mudanças.

Mas não nos iludamos. Devemos conviver com um dado doloroso mas não desesperador. O aperfeiçoamento que buscamos possibilitará os avanços necessários mas estes, em sua grande maioria não serão alcançados nesta atual proposta de Constituição.

De qualquer forma, se as forças progressistas não tomarem cuidado, seus representantes no Congresso, serão signatários de uma Constituição pífia (devido a claros retrocessos e avanços tímidos) e, em sua essência, um estatuto das classes dominantes.

LYSÂNEAS MACIEL, 61, advogado e líder evangélico, é deputado federal (PDT-RJ).